

# Razão e subjetividade no pensamento de Tomás de Aquino: alguns desdobramentos na contemporaneidade

Roberta Stubs Parpinelli e Terezinha Oliveira\*

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: teleoliv@gmail.com

**RESUMO.** Este texto se apropria de algumas contribuições teóricas de Tomás de Aquino para entender suas concepções de razão e de intelecto, assim como o papel desempenhado pelas mesmas no período medieval. Para tanto, é necessário refletir sobre a influência da Igreja e da filosofia cristã na constituição da sociedade daquela época. Neste contexto, destaca-se a relação entre razão-subjetividade no pensamento de Aquino. Sobre este aspecto, fazemos uma breve conceituação sobre a subjetividade a partir das contribuições teóricas de Deleuze e Guattari (1996) e sobre a importância do intelecto humano na sua constituição. Tomás de Aquino concebe a razão humana como potência de ação dos sujeitos na busca pelo conhecimento, fato que possibilita um contraponto com o conceito de razão instrumental, calcado por Adorno e Horkheimer (1985), e com a singularização, entendida como uma possibilidade de desenvolver a potência intelectual dos homens, assim como de constituir subjetividades mais conscientes na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** educação, razão, subjetividade, singularização, Tomás de Aquino.

**ABSTRACT. Reasoning, intellect and subjectivity in Tomás de Aquino's thoughts: evolutions in contemporary context.** The present paper was developed by making use of some theoretical contributions by Tomás de Aquino, in order to understand his conceptions, concerning reasoning and intellect, as well as to be aware of the role played by reasoning and intellect aspects in the medieval period. Thus, it is necessary to reflect upon the influence played by Church and by Christian philosophy on the constitution of medieval society. Within such a context, the relationship between reason-subjectivity in Aquino's thought is emphasized. Thus, based on both, the theoretical contributions by Deleuze and Guattari (1996), and on the conceptualizations about the significance of intellect in the human constitution, it is made a brief conceptualization about subjectivity. Tomás de Aquino conceives the human reasoning as the subject's power for acting when in search for knowledge, a fact that makes possible a counterpoint with the concept of instrumental reasoning, established by Adorno and Horkheimer (1985), whose peculiarity or singularization is understood as a possibility for developing the intellectual power of human being, as well as a possibility of constituting more conscious subjectivities in contemporary society.

**Key words:** education, reasoning, subjectivity, intellect, Tomás de Aquino.

## Introdução

A proposta deste artigo é analisar a atualidade das reflexões de um filósofo medieval do século XIII, Santo Tomás de Aquino. Para compreender o pensamento deste autor, é preciso dialogar com o momento histórico no qual o mesmo foi gestado, especialmente considerar o caráter eminentemente escolástico<sup>1</sup> de sua obra. Ressalte-se ainda que, de modo algum, pretendemos comparar as formulações de Tomás de Aquino, próprias do tempo, com a realidade dos séculos XX e XXI, pois isso seria um

anacronismo histórico. Ao contrário, o que procuramos mostrar é o fato de que a formação intelectual do sujeito é a base de sua subjetivação, isto é, de sua compreensão ética e moral da sociedade. Isso foi válido para o tempo do teólogo-filósofo cristão e para nós também, na atualidade.

Assim, este estudo se circunscreve às contribuições de Tomás de Aquino sobre o intelecto e a razão humana, do mesmo modo que à dimensão subjetiva contida nessa discussão. Primeiro, o filósofo tece considerações sobre a relação entre fé e razão, na qual esta passa a ser instrumento importante para conhecer os ensinamentos divinos e, assim, desenvolver sua crença em Deus. Tomás de Aquino concebe a razão como potência de

<sup>1</sup> É preciso observar que Santo Tomás é considerado um dos maiores autores da Escolástica. A respeito desta discussão, indicamos a apresentada por nós em um pequeno trabalho publicado em 2005, intitulado *Escolástica*.

ação que movimenta o homem na busca pela verdade, concepção que repercute em um entendimento do homem como sujeito ativo na busca pelo conhecimento. É importante destacar que a razão passa a desempenhar papel fundamental para a constituição de uma sociedade com leis e instituições mais consistentes e para o desenvolvimento subjetivo do próprio sujeito.

Em um segundo momento, trazemos à baila a dimensão subjetiva do pensamento de Tomás de Aquino. Para tanto, fazemos uso das contribuições teóricas de Deleuze e Guattari (1996) para conceituar o modo como a subjetividade é concebida em nosso estudo. Para esses autores, a subjetividade se constitui por meio de processos de subjetivação agenciados por vetores sociais, psíquicos, artísticos, culturais, econômicos, políticos. Feita essa conceituação, podemos demonstrar como a capacidade intelectual do homem, enquanto potência de ação, está intimamente relacionada à formação subjetiva dos sujeitos e da própria sociedade. Em seguida, realizamos algumas aproximações entre a maneira como a razão era concebida por Tomás, assim como sua importância para os homens e para a sociedade medieval, além do modo como a razão se configura na atualidade. Neste aspecto, as contribuições de Adorno e Horkheimer (1985), no que se refere ao termo razão instrumental e ao funcionamento da Indústria Cultural, são fundamentais para entender a maneira como a sociedade contemporânea tenta se apropriar da razão, despojar o intelecto humano de seu potencial de ação e contribuir para a constituição de subjetividades serializadas<sup>2</sup>.

Dessa forma, tendo como referencial esse contexto, uma alternativa possível a ser traçada é a constituição de processos de singularização, os quais apresentam aos sujeitos a probabilidade de reavivar o potencial de ação contido no intelecto humano, desvelando a possibilidade de formação de sujeitos mais conscientes. Este texto esboça, destarte, algumas considerações sobre a atualidade do pensamento de Tomás de Aquino, na medida em que propõe retomar a importância do potencial intelectual do homem no processo de constituição subjetiva dos sujeitos e da coletividade social. Aponta, ainda, algumas possibilidades de retomar o caráter emancipatório da razão humana, contidas nas reflexões desse filósofo medieval.

<sup>2</sup> Evidentemente, esta questão da subjetividade serializada não seria, em hipótese alguma, uma questão tomasiana, uma vez que tal pensamento implicaria em anacronismos históricos. Ao contrário, o que pretendemos explicitar é que a questão da subjetividade do sujeito é extremamente importante para a constituição de qualquer modo de sociedade, e é neste sentido que retomamos as formulações de Santo Tomás.

### Algumas considerações históricas

Para discorrermos sobre o mestre Tomás, precisamos, indubitavelmente, situá-lo em seu tempo, o século XIII. Segundo a historiografia (Pieper, 1973; Duby, 1993; Le Goff, 2003), este centenário expressa um dos momentos mais significativos da história do Ocidente, pois nele florescem os grandes conflitos teóricos, as Ordens Mendicantes, as principais instituições modernas: a Universidade, os bancos e as comunas. Esse florescimento, ou renascimento, como comumente é definida tal época, não foi obra do acaso, ou acontecimento fortuito, como bem observa Guizot (1843), mas fruto de um longo amadurecimento das relações medievais, que principiaram a nascer por volta do século V, quando da dissolução das relações romanas e do recrudescimento das incursões dos povos francos, germânicos, godos, celtas, entre outros<sup>3</sup>. Nesse período, a Igreja, lentamente, foi ganhando força política e econômica, consolidando-se como importante núcleo de formação cultural e educacional. Aos poucos, a sociedade foi organizando-se, outras instituições sociais foram definindo-se. Por exemplo: no século XI, o feudalismo se fortalece e assistimos à Reforma Gregoriana<sup>4</sup>, e, no século XIII, as universidades ganham espaço no cenário social da época. Nesse contexto, a Igreja exerce papel fundamental, principalmente no que tange à coesão social:

Os mosteiros e a Igreja necessitaram conviver com as diferença de costumes, de etnias. Para que os ensinamentos bíblicos fossem ouvidos pelo povo, os homens da Igreja precisavam se aproximar dele. Precisava dizer aquilo que o povo entendia e aceitava ouvir. Nesse sentido, quanto maior a aproximação, maior a conversão, a aceitação do cristianismo. Esse aspecto de aproximação e de aceitação das diferenças foi um elemento fundamental no processo de construção do pensamento Escolástico/filosofia cristã. A Igreja deu aos homens uma possibilidade de convivência baseada nas diferenças e é isso que dá a ela o papel civilizatório; que permite a criação de uma filosofia explicativa das relações humanas. Se assim podemos nos expressar, foi esse caráter democrático da Igreja que a tornou a grande norteadora da sociedade (Oliveira, 2005, p. 19).

Podemos perceber, dessa maneira, que a Igreja, com sua filosofia cristã, desempenhou importante

<sup>3</sup> Não é discutido, neste artigo, os longos séculos que medeiam o nascimento das relações medievais no Ocidente (por volta de fins do século V) até o estágio que estas adquiriram no século XIII, porque isso seria impossível. Por concebemos, todavia, a história e as ações humanas a partir de uma perspectiva de longa duração, não poderíamos analisar o século XIII e escritos tomasianos, por si mesmos.

<sup>4</sup> O que, convencionalmente, chama-se Reforma Gregoriana foram as medidas tomadas por Gregório VII (1074-1075), que visavam fortalecer o poder papal e, ao mesmo tempo, coibir determinados abusos praticados por pessoas da Igreja, especialmente a Simonia e o Nicolaitismo. Esta reforma ficou conhecida, especialmente, pelo documento dela *Dictatae Papae*.

papel para a construção de uma sociedade mais organizada e contribuiu, também, para a formação de um modo de ser sociável, cujas bases se constituem em valores que prezam virtudes morais e sociais que influenciam os indivíduos e a comunidade cristã como um todo. Nessa época, a religião foi elemento importante para despertar, nos povos que migravam para o que restara do Império, um outro olhar, uma nova sensibilidade/percepção de ser social, distinta daquela que conheceram e praticaram enquanto nômades. Estamos definindo como uma nova sensibilidade os hábitos e costumes que os homens da Igreja apreçoavam no seu filosofar cristão.

Não podemos nos esquecer de que as Igrejas e Mosteiros, nessa primeira Idade Média, eram locais onde os homens encontravam certa paz, não só espiritual, mas também física, posto que estas localidades eram, na maioria das vezes, consideradas espaços sagrados. Le Goff (1980, p. 97) demonstra como a disseminação do pensamento cristão agiu de modo a promover maior coesão social no mundo medieval, acompanhando as transformações dessa sociedade:

Mas com a renovação econômica do século XI ao século XIII; com o despertar do comércio de longo curso; com o surto urbano – a paisagem social modifica-se. Surgem novas camadas, ligadas às novas actividades: artesãos, mercadores, técnicos. Impondo-se rapidamente no plano material, essas camadas querem a consagração do respeito. Para isso, precisam vencer os preconceitos para com o trabalho, essência da sua actividade, da sua condição. Entre os meios para esta promoção, retenhamos apenas a utilização da religião, instrumento indispensável para toda a ascensão material e espiritual no mundo medieval.

No âmbito filosófico, a Escolástica representa a maneira de pensar da época medieval, ela promove a junção entre o intelecto humano e Deus. Neste contexto, dá-se início a uma discussão sobre a razão humana, até que ponto esta é conduzida por Deus e em que medida o uso dela é uma atividade dos homens. Segundo Oliveira (2005, p. 16):

[...] a razão na qual a Escolástica está pautada é aquela natural ao homem, a razão que nos faz a imagem de Deus. [...] é preciso crer, com a razão naquilo que é afirmado pela autoridade. Não se trata, portanto, de uma fé cega que antes entorpece do que ilumina. A idéia é compreender aquilo no qual se crê. Daí as profundas discussões travadas sobre a Trindade, a Encarnação, ao longo de toda Idade Média.

O excerto acima deixa claro que a razão passa a adquirir papel fundamental no desenvolvimento do homem e da sociedade. Ela é o uso do intelecto

como elemento agente das ações humanas. É, também, essencial para se entender os ensinamentos da Sagrada Escritura, porém, vai além, é a essência do agir humano. É a razão que possibilita a construção de uma sociedade, mais ou menos, voltada para o bem comum.

Ainda sobre a razão, podemos enunciar que ela impulsiona um movimento concomitante de desenvolvimento social associado ao desenvolvimento pessoal, e, neste aspecto, a Igreja, por ocupar-se da formação espiritual dos indivíduos, desempenha papel importante no desenvolvimento intelectual da sociedade.

Um dos elementos que atestam a importância da Igreja na formação intelectual dos indivíduos no medieval diz respeito à própria conservação e difusão do pensamento greco-latino no seio da cristandade daquela época. Partindo do pressuposto que o conhecimento intelectual promovia o desenvolvimento da fé, muitos pensadores cristãos, ao longo dos dez séculos que marcam a existência desse período, com maior ou menor intensidade, apropriam-se dos conhecimentos antigos, chamados também de clássicos, para disseminar o saber cristão<sup>5</sup>.

A presença, contudo, dos autores antigos se faz muito forte e atuante na sociedade medieval a partir de fins do século XI, quando do renascimento das cidades, do ressurgimento do comércio. Este novo ambiente citadino e diversificado que começa a nascer, em torno do século XII, intensifica a retomada do conhecimento clássico, especialmente das obras aristotélicas. A princípio, apropriam-se dele por meio das traduções árabes, porém, já no início do século XIII, assistimos ao surgimento de traduções latinas dos autores mais remotos. Essa nova aproximação e a apropriação de tais saberes darão à filosofia cristã medieval contornos diversos.

O Ocidente, até então, tinha conhecido fragmentos do pensamento aristotélico. A grande divulgação de suas obras principia neste século. A fundação das universidades, a criação das Ordens Mendicantes, os Franciscanos e os Dominicanos, a vitória, pela primeira vez, de um rei sobre o poder papal (batalha de Bouvines – 1214) faz com que o Ocidente atravesse, no século XIII, um momento de grandes perturbações. São essas grandes perturbações produzidas, seja pelas transformações sociais, seja pelas diferentes correntes teóricas que surgem no seio da cristandade, que estão na base dos escritos de Alberto Magno, Santo Tomás de Aquino, São

<sup>5</sup> Verificamos a influência de Platão, Aristóteles, Zenon, Cícero em Agostinho, Boécio, Alcuino, Jean Erígena, Roswita de Gandersheim, Tomás de Aquino, entre outros. Leitores mais atentos, que buscam nos autores medievais seus ensinamentos, despidos de preconceitos, filtram a presença do saber antigo no saber medieval, com muita frequência.

Boaventura, Siger de Brabante (Oliveira, 2005, p. 30).

Esse novo olhar para o saber antigo e o conhecimento que principia a ser construído nos espaços civilizados dos séculos XII e XIII, primeiro nas escolas das comunas e depois nas Universidades, propiciará uma mudança significativa na sociedade medieval, a começar pela situação da Igreja. Esta instituição que, na primeira Idade Média, fora a base do saber e da estrutura organizacional da sociedade principia a perder espaço e a influenciar, mais timidamente, a ciência cidadina. Os desenvolvimentos intelectuais, culturais e técnicos, principalmente entre os séculos XI e XIII, conduziram o espírito da sociedade por caminhos, por vezes, pouco desejados pela Igreja:

Toda essa bagagem intelectual, toda essa utensilagem cultural segue por caminhos diversos do que a Igreja escolhe: Conhecimentos técnicos profissionais e não teóricos e gerais; sentido da diversidade e não do universal (que conduz, por exemplo, ao abandono do latim, substituído pelas línguas vulgares); procura do concreto, do material, do mensurável (Le Goff, 1990, p. 81).

A citação acima é de suma importância para desmistificar a concepção de que a era medieval não contribuiu em nada para o desenvolvimento do conhecimento, porquanto este fora conduzido estritamente pelos ensinamentos cristãos. Apesar do papel decisivo que a Igreja desempenhou para a consolidação da sociedade daquele momento, assim como para o desenvolvimento intelectual do homem medieval, conforme a sociedade se estruturava, os indivíduos e, por conseguinte, as relações sociais foram ganhando mais autonomia econômica e intelectual sobre a Igreja, fatos que mudaram o rumo da cultura medieval. Le Goff (1990, p. 81) elucida bem esse processo, dando destaque especial para a questão temporal:

[...] a cultura dos mercadores conduziu à laicização, à racionalização da existência. O cenário, o quadro em que se desenrolava a vida já não era pintado com as cores da religião. Os ritmos da existência já não obedeciam a Igreja. Medir o tempo tornava-se uma necessidade para o mercador enquanto a Igreja, atenta à eternidade, se revelava inábil nesse campo.

É, pois, dentro deste cenário de mudanças e alterações significativas que vem à tona os escritos de Santo Tomás de Aquino, ele próprio fruto destas transformações sociais e culturais.

### **O pensamento tomasiano e algumas aproximações**

No seio desse contexto de modificações, destaca-se o pensamento de Tomás de Aquino, considerado

um dos maiores expoentes de sua época. Inserido nesse processo de transformação, o filósofo cristão faz importantes contribuições. Mencionamos as consideradas mais relevantes ao objeto do presente estudo: a relação entre fé e razão, qual o papel do homem na busca DO conhecimento e até que ponto ocorre a intervenção divina nesse processo. A relevância do pensamento de Tomás se dá justamente por ir ao encontro das necessidades de sua contemporaneidade, consolidando a importância do saber racional sem abandonar os princípios cristãos, ou seja, promovendo a junção deste conhecimento com a fé. Sobre essa discussão, Oliveira (2005, p. 33) afirma:

A respeito da junção dessas duas possibilidades de conhecimento, Pieper observa que elas formam um único caminho na medida onde há uma única verdade do conhecimento. Aquela que permite aos homens conhecerem tudo o que foi produzido pela humanidade até então, ele denomina razão; aquele conhecimento que se obtém por meio da aceitação da palavra Sagrada é a fé. Desse modo, a razão e a fé não seriam dois caminhos distintos, não haveria, portanto, a possibilidade de duas verdades, mas “duas zonas de realidades” que estão em um único ser que gera a produção de uma única verdade, que é aquela da totalidade do ser, o racional e o crido.

A junção entre conhecimento e fé não ocorre de maneira alheia, ao contrário, ela traz, em seu bojo, questões existenciais que irão repercutir diretamente na formação dos sujeitos e da sociedade medieval do século XIII. Quando Tomás de Aquino afirma que o saber racional e a aceitação da palavra Sagrada competem ao mesmo ser em sua totalidade, ele acaba por atribuir aos homens maior autonomia em relação à influência da Igreja naquele período histórico. Esta autonomia não se restringe à submissão dos indivíduos à Igreja, mas, além disso, estende-se enquanto pessoas elaboradoras de conhecimento, agentes ativos na busca pela verdade e não apenas receptoras das palavras divinas. Qual seria, então, o papel da fé nessa busca autônoma pelo conhecimento racional? Para Santo Tomás, o conhecimento também é humano, não é somente um dom divino. Assim, deve ser buscado pelo homem por meio do entendimento dos ensinamentos da religião e da filosofia.

Em Aquino, para que ocorra o conhecimento, o mundo racional precisa apropriar-se do saber teológico e o mundo teológico precisa se abrir para o mundo racional. É isso que dá às suas formulações a idéia de totalidade, porque estabelece um diálogo entre o conhecimento pela fé e o conhecimento produzido pela razão desde a Antiguidade (Oliveira,

2005, p. 35).

A idéia de totalidade presente nas formulações de Tomás de Aquino aponta caminhos para discussões sobre a pluralidade que envolve as questões divinas e humanas. Ela abre espaços para questões individuais e universais. Neste contexto, o autor tece inúmeras considerações sobre o termo pessoa, sempre entrelaçadas com a figura divina:

Pessoa significa o que há de mais perfeito em toda a natureza, a saber, o que subsiste em uma natureza racional. Ora, tudo o que diz perfeição deve ser atribuído a Deus, pois sua essência contém em si toda a perfeição. Convém, portanto, atribuir a Deus este nome pessoa. Não, porém, da mesma maneira como se atribui às criaturas. Será de maneira mais excelente (Tomás de Aquino, 2001b, S.T. I, q. 29, art. 3)

É importante notar a união entre o homem e Deus, que, por sua vez, também recebe a designação pessoa, mesmo que elevada à suprema potência. A discussão sobre a relação entre homem e Deus aproxima o humano do divino e, em um movimento concomitante, o divino do humano. Este laço derrama sobre a humanidade a responsabilidade de se assemelhar a Deus, sendo esta uma figura digna e virtuosa. Cabe ao ser humano espelhar-se em seus ensinamentos cristãos.

A genialidade de Tomás de Aquino, ao tornar o humano mais divino e o divino mais humano, ocorre no sentido de proporcionar à sociedade a possibilidade do desenvolvimento intelectual que repercutisse no desenvolvimento particular e social, sem transgredir os ensinamentos da filosofia cristã. Dessa forma, o autor propõe a constituição de sujeitos, potencialmente, mais dignos:

Deve-se dizer que embora *pessoa* não convenha a Deus tendo em conta a origem do termo, entretanto tendo em conta aquilo que passou a significar, convém sumamente a Deus. Com efeito, como nas comédias e tragédias se representavam personagens célebres, o termo *pessoa* veio a designar aqueles que estavam constituídos em dignidade. Daí o uso nas igrejas de chamar *personalidades* àqueles que detêm alguma dignidade. Por isso, alguns definem pessoa dizendo que é *uma hipóstase distinta por uma qualidade própria à dignidade*. Ora, é grande dignidade subsistir em uma natureza racional. Por isso, dá-se o nome pessoa a todo indivíduo dessa natureza, como foi dito (Tomás de Aquino, 2001b, S.T. I, q. 29, art. 3).

Para Santo Tomás, dá-se o nome de pessoa aos indivíduos de natureza racional, que possuem, por sua vez, a qualidade de ter o domínio sobre seus atos. Essa definição explícita o caráter decisivo que a razão exerce sobre a vida da humanidade como instrumento fundamental para guiar as escolhas e os

atos dos homens.

Nessa mesma perspectiva do agir humano, ganha importância a discussão tomazina sobre a alma<sup>6</sup>. O entendimento que Tomás de Aquino tem de alma não é extracorpórea ou transcendental. Para ele, ela é constituída pelo intelecto que, por sua vez, é a junção entre razão e fé. Desse modo, a própria concepção de alma ganha perfil eminentemente humano, porquanto está intimamente relacionada à busca dos homens pelo conhecimento, ou seja, com a matéria. Essa questão é importante na medida em que o discurso sobre a origem da alma e sobre o papel desta na vida dos homens, ao longo do mundo medieval, esteve estreitamente vinculado ao caráter. Em Tomás de Aquino, a alma é somada e sobreposta a uma dimensão humana. Em uma reflexão sobre os princípios específicos da essência do homem, Tomás de Aquino faz as seguintes colocações: “[...] a alma, a carne e os ossos pertencem à razão de homem. Mas, esta alma, esta carne e estes ossos pertencem à razão *deste homem*” (Tomás de Aquino, 2001b, S.T. I, q. 29, art. 2).

Nesse contexto, torna-se evidente a função emancipatória que a razão e o intelecto conferem à vida humana no período medieval, ou seja, a busca pela verdade se configura como possibilidade de enriquecimento pessoal, em nível intelectual, proporcionando, além disso, desenvolvimento social, por repercutir diretamente na formação de uma sociedade que deveria convergir para o bem comum. Destarte, podemos atribuir ao intelecto um potencial de ação que o movimenta em direção à verdade. É possível, portanto, afirmar que o conhecimento existe em potência, no entanto deve ser buscado pelo homem, movido por sua capacidade intelectual.

Assim como chamamos bem aquilo a que tende o apetite<sup>7</sup>, chamamos verdade àquilo a que tende o intelecto. Há, no entanto, uma diferença entre o apetite e o intelecto ou qualquer outro modo de conhecer. O conhecimento consiste em que o conhecido está naquele que conhece, ao passo que a apetência consiste na inclinação do sujeito para aquilo que o atrai. Assim, o termo do apetite, que é o bem, se encontra na coisa que atrai, ao passo que o termo do conhecimento, a verdade, está no intelecto (Tomás de Aquino, 2001b, S.T. I, q. 16, art. 1)

O excerto acima evidencia que o homem é sujeito

<sup>6</sup> Não aprofundamos a análise sobre a alma neste artigo, porque esta questão, como todas as demais tratadas por Tomás de Aquino, possui uma profundidade e uma complexidade que exigem um texto somente para abordá-la. Aqui, mencionamo-la como um exemplo a mais acerca da importância da razão humana na condução de seus atos.

<sup>7</sup> A idéia de apetite diz respeito, no pensamento de Tomás, à inclinação de um ente para seu fim, o bem. Daí a afirmação de Tomás de Aquino de que o ente e o bem são idênticos já que o primeiro tende sempre a alcançar o segundo. Neste sentido, o intelecto se diferencia da apetência na medida em que o conhecimento está no intelecto em potência, ao passo que, segundo a lógica da apetência, o intelecto tende ao conhecimento.

do conhecimento, é a partir de seu intelecto que pode descortinar as verdades que circundam o mundo. É mister ressaltar que as palavras de Tomás de Aquino não só afirmam a possibilidade do conhecimento, como motivam o homem a buscá-lo. Isto é, somente quando ocorre a transformação da potência em ato, o filósofo cristão afirma que o ser humano adquiriu conhecimento: “É quando a mente é conduzida a conhecer em ato as conseqüências particulares que já antes e como potência estavam naqueles universais, diz-se que adquiriu conhecimento” (Tomás de Aquino, 2001a, Solução, Art. 1)<sup>8</sup>. As palavras do mestre reforçam a concepção de que o intelecto, mesmo tendo sua relação com a fé e com o divino, é uma força que impulsiona o homem a buscar a verdade e gerar transformações na sociedade.

Ressaltamos que, na perspectiva de Tomás de Aquino, o mais relevante são os princípios cristãos que norteiam esse processo. De qualquer maneira, a concepção dele sobre a razão e o intelecto explicita sua crença na capacidade da humanidade em reger sua vida e ação, seja no âmbito pessoal ou coletivo:

De fato, é a capacidade intelectual do homem que lhe permite perceber o sentido das coisas, conhecer e compreender o sentido das palavras, em suma, direcionar suas ações e vidas. Precisamente por ser a razão humana que permite aos homens viver em sociedade e ter consciência de suas ações que Aquino propõe o estabelecimento de um governo laico, separado do poder eclesiástico, para reger a vida dos homens (Oliveira, 2005, p. 44).

Acreditar na capacidade do homem em governar uma sociedade é crer em seu potencial de ação. Disso advém o fato de Tomás ter proposto uma forma de governo contrária aos interesses do papado. Vale apontar que esta proposição é parte de um momento histórico caracterizado por um processo de emancipação humana e da sociedade do domínio da Igreja. Notamos, nas contribuições de Tomás de Aquino, elementos muito inovadores para o período medieval, idéias e concepções que influenciaram significativamente o pensamento e o espírito da época. Assistimos a um movimento de enaltecimento do ser humano em suas potências e particularidades, valorizando a dimensão subjetiva entre homem e conhecimento, e homem e sociedade. Subjetiva no sentido de considerar importantes aspectos até então pouco mencionados, como: as particularidades de cada sujeito; as relações interpessoais (preocupação com o bem comum); o homem como sujeito do conhecimento, enfim, a dimensão humana existente

na busca da verdade/conhecimento e na própria construção da sociedade.

### Um contraponto com a atualidade

Para entender a dimensão subjetiva do pensamento de Tomás de Aquino, que foi de extrema importância para o período medieval e o é também para o século XXI, é necessário conceituar o que é subjetividade no nosso tempo e o que entendemos por esse conceito.

Semanticamente, o termo subjetivo remete àquilo que está unicamente no sujeito, que diz respeito ao individual, entendida como estudo dos aspectos relacionados ao Eu. A subjetividade é objeto de estudo da Psicologia, por conseguinte, das diferentes vertentes dessa área da ciência que se dedicam a entender o comportamento, a consciência e a psique humana. No entanto, seguindo as inovações teóricas do mestre Tomás de Aquino quanto à relação entre homem, conhecimento e sociedade, quanto ao enlace entre o desenvolvimento do intelecto humano com a construção da própria sociedade, a concepção de subjetividade empregada, neste texto, não exclui a influência do meio exterior na constituição dos sujeitos. Visamos entender a constituição dos sujeitos em sua relação com o meio social, denotando preocupação com o movimento de construção social e individual.

Ao se pensar a constituição da subjetividade humana, não se pode descartar a influência do ambiente sociocultural no qual essa subjetividade interage. Em que medida esta estaria permeada pelos valores ideológicos, disseminados em um contexto social determinado por princípios econômicos característicos da sociedade capitalista, por exemplo? Estes questionamentos são indispensáveis para o desenvolvimento deste artigo, que, a partir das formulações tomasianas sobre o ser pessoa, procura refletir sobre a natureza de subjetividade que tem se constituído no nosso tempo histórico.

Constatamos o fato de que, no atual estágio do desenvolvimento do meio social capitalista, a competitividade, o individualismo exacerbado, a lógica da mercadoria, a alienação política e a produção do conhecimento com finalidade utilitária<sup>9</sup> interferem na dimensão formativa dos indivíduos e na constituição da sensibilidade humana. Esses valores compõem um painel social que salvaguarda e é disseminado para manter os princípios econômicos que têm como objetivo principal o acúmulo de

<sup>8</sup> Esta discussão foi extraída da tradução feita por Jean Lauand. Trata-se da Questão 11, das disputadas sobre a Verdade. A publicação desta questão foi traduzida como *De Magistro*.

<sup>9</sup> Adorno e Horkheimer (1985) denominam razão instrumental, o imbricamento da razão humana com as finalidades do capitalismo industrial, fato que esvazia a razão de sua perspectiva crítica e emancipatória. Essa idéia será mais bem desenvolvida no transcorrer do artigo.

capital, mesmo que este ocorra em detrimento do desenvolvimento e do bem-estar humano. A lógica da sociedade, determinada pelo capitalismo, perpassa inúmeras expressões sociais, tais como o incansável consumo de bens materiais, o desenvolvimento de novas tecnologias do conhecimento, a relação de efemeridade entre os indivíduos, a não-aceitação de diferenças sociais, a falta da dimensão do bem comum, entre outros. A manutenção da dinâmica social característica desse meio capitalista depende, em boa parte, dos sujeitos que aceitam e reproduzem os valores mencionados, conferindo força e coesão ao atual panorama social.

Desse modo, refletir sobre a constituição dos sujeitos possibilita apreender a maneira como estes conferem consistência ao modo de organização social, que, por sua vez, propaga valores ideológicos que acabam por comprometer a formação de subjetividades mais conscientes, capazes de efetuar escolhas e de optar pela não-reprodução de valores que o legitimam. Neste sentido, pensar a formação do indivíduo em sociedade significa debruçar-se sobre o modo como os sujeitos incorporam, aceitam e reproduzem a hegemonia social, ou, por outro lado, não compactuam com o funcionamento de uma sociedade que objetiva retro-alimentar-se em detrimento do exercício da liberdade dos sujeitos e de uma formação voltada para o bem comum. Assim, é de suma importância entender a maneira como a subjetividade humana se constitui, e, em que medida, ela é perpassada por valores disseminados no meio social no qual se insere.

O entendimento de subjetividade empregado, neste texto, é inspirado nas contribuições da esquizoanálise<sup>10</sup>, categoria de análise que teve como precursores Deleuze e Guattari (1996). Destarte, a subjetividade é concebida como um sistema aberto e pulsátil, que se constitui em um movimento contínuo na medida em que se conecta com a multiplicidade de fatores construtores da realidade, entendidos por Guattari (1993) como *equipamentos coletivos de subjetivação* ou *componentes de subjetivação*<sup>11</sup>. Não se trata mais de utilizar a noção de indivíduo como referencial único para entender a subjetividade, ocorre o imbricamento de uma perspectiva individual com a pluralidade que

percorre o campo social. Descentraliza o entendimento da subjetividade como algo unicamente particular e contornado por uma totalidade exclusivamente intrapsíquica. Dessa forma, discursar sobre subjetividade não envolve uma essência ou uma realidade já dada, muito menos alguma estrutura sempre idêntica a si. Ela é entendida como um processo de subjetivação<sup>12</sup>, no qual o sujeito se apresenta como resultado da convergência de infinitos vetores desta. Segundo Parpinelli e Souza (2005, p. 480):

[...] subjetividade é uma noção complexa, cujo entendimento depende da articulação de aspectos psíquicos com toda a miríade de forças que compõem a própria realidade. Ao invés de pensar um sujeito de contornos limitados e fechado em si, a partir do qual a subjetividade brota, melhor seria pensar no cruzamento de múltiplos componentes de subjetivação que se ligam e religam e acabam influenciando a constituição da subjetividade.

Esse entendimento mais plural da subjetividade coteja diferentes âmbitos da própria realidade na qual se insere o psiquismo humano, uma visão de homem, os fenômenos psicológicos, a dimensão social e econômica da sociedade, a educação, a atuação da mídia, as expressões culturais. Neste contexto, subjetividade e realidade são inseparáveis. Conceber a subjetividade como algo processual é entender que ela é altamente influenciada pela realidade na qual se constitui. No entanto, o sujeito não se configura como um receptáculo passivo dos vetores de subjetivação derramados sobre ele. No processo de subjetivação, podemos denominar os homens como sujeitos de sua própria subjetividade.

Sob esse aspecto, a concepção de Tomás de Aquino no que tange ao potencial intelectual é de suma importância, pois a inteligência e a razão se configuram como instrumentos para viabilizar subjetividades mais conscientes. A necessidade do uso da capacidade intelectual do homem se faz necessária pelo fato de que o processo de subjetivação é intensamente influenciado pela ordem social vigente.

Desse modo, é por meio do próprio processo de

<sup>10</sup> A esquizoanálise, desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, é uma perspectiva de análise utilizada no campo da psicologia e da filosofia e consiste em uma ampla leitura da realidade, englobando aspectos sociais, individuais, políticos, subjetivos, tecnológicos, estéticos, etc. Em outros termos, podemos ponderar que a esquizoanálise se propõe a entender os indivíduos, instituições e grupos em sua relação com o mundo.

<sup>11</sup> Segundo Guattari (2000), agenciamentos coletivos de enunciação implicam multiplicidades humanas, devires animais, vegetais, maquínicos, incorporais, infrapessoais, etc. O agenciamento propriamente dito refere-se ao aumento das dimensões da multiplicidade à medida que ela efetua conexões. Em outras palavras, esse termo designa os diferentes fatores sociais, animais, tecnológicos, históricos, psíquicos, mnemônicos etc. que atuam no processo de subjetivação.

<sup>12</sup> O conceito processo de subjetivação foi inaugurado por Michel Foucault, principalmente na terceira fase de sua produção intelectual, que inclui os volumes 2 e 3 da *História da Sexualidade*. Os modos de subjetivação dizem respeito a uma preocupação com as práticas pelas quais os sujeitos se formam, configurando-se um "ponto de interseção" (Foucault, 1984), entre os campos da arqueologia do saber e da genealogia do poder, discutidos pelo autor nos textos que antecedem os dois últimos volumes da *História da Sexualidade*. Relacionando a subjetividade às relações de saber e de poder que marcam tal ou qual época, o autor aproxima a subjetividade da história, sendo esta determinante de diferentes modos de subjetivação em diferentes momentos históricos. Deleuze e Guattari (1996) se inspiram nas contribuições de Foucault para entender a constituição da subjetividade em relação às forças de saber e poder que perpassam determinado momento histórico, abrindo caminho para compreender os modos de subjetivação dos sujeitos em sua relação com o "fora", com o campo externo com o qual a formação dos sujeitos se comunica incessantemente.

subjetivação que chegam até os sujeitos vetores despotencializadores de sua capacidade intelectual, cuja intenção é formar subjetividades padronizadas com uma mesma percepção do mundo e da realidade. Guattari e Rolnik (1999, p. 27) argumentam:

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalista – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.

As palavras acima demonstram como a subjetividade produzida e disseminada pelo atual sistema econômico tem como objetivo primordial a produção de indivíduos massificados que vivem, pensam, agem e sentem de acordo com uma maneira de ser preestabelecida. Em um movimento contrário à tendência de serialização subjetiva, Guattari e Rolnik (1999) afirmam que os sujeitos podem se relacionar com a subjetividade de modo criativo, abrindo espaços para que a multiplicidade e o heterogêneo se façam presentes. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (1999, p. 33) apontam que os sujeitos podem vivenciar a subjetividade de duas maneiras:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, é assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.

É importante mencionar que processos de singularização<sup>13</sup> só podem ser agenciados quando os homens utilizam sua capacidade intelectual para processar subjetividades menos serializadas, que rompem com a lógica de padronização traçada pelo sistema social vigente.

Considerando a dimensão pulsátil da

subjetividade, é de grande relevância discutir a concepção de razão no pensamento tomasiano e sua conexão com o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva dos sujeitos. Atualmente, a razão humana assumiu um formato diferente daquele preconizado por Tomás de Aquino. O uso da razão proporcionou o avanço das ciências e a criação de métodos cada vez mais eficazes para dominar a natureza e propiciar à sociedade maior conforto e melhores condições de vida. No entanto, com o processo de produção industrial, o conhecimento e a razão assumiram dimensão instrumental, ou seja, tornaram-se atrelados ao capitalismo industrial adotando perspectiva utilitária. Nesse processo, a função emancipatória do conhecimento se afastou dos sujeitos e passou a atuar como intensificador da produção de bens industrializados, dando vida ao primeiro momento do meio de produção capitalista.

É justamente esse movimento de segregação e dominação da potência da razão humana que Adorno e Horkheimer (1985) denominam “razão instrumental”. Este termo diz respeito ao movimento concomitante de dominação da natureza e do próprio homem inserido em um momento histórico, no qual o desenvolvimento industrial clama por novas tecnologias e novos meios de dominação da natureza. No entanto, o que nos séculos XV, XVI e XVII era uma necessidade para melhorar as condições de vida da humanidade, paulatinamente, foi adquirindo características utilitárias e mercantilistas. Nesse percurso, foi-se esvaindo a dimensão emancipatória do conhecimento, porquanto este se encontra agrilhado ao processo de produção industrial. A conjectura da razão com finalidades materiais torna tendenciosa a produção e disseminação do conhecimento, pois delimita parâmetros ao desenvolvimento intelectual e às ações humanas, o que aumenta significativamente o poder da sociedade sobre os indivíduos. Adorno (1971, p. 14) elucida bem esse processo: “Em decorrência da falta de esclarecimento, o poder da sociedade sobre os indivíduos é elevadíssimo. Os indivíduos se perdem numa massa impotente e dirigida pelo poder da ordem dominante”.

A tentativa do meio social atual de desapropriar o homem da razão, concebida enquanto potência de ação, reitera a tese de Tomás de Aquino no que tange à capacidade humana de direcionar suas ações e vidas. A sociedade, durante os séculos que sucederam a época medieval, não mais prioriza valores e virtudes comprometidos com o bem comum e com o desenvolvimento do ser humano, do que advém o interesse em conduzir o povo ao invés de deixá-lo conduzir-se. Acerca desse aspecto,

<sup>13</sup> Para os autores, a singularização se faz em um movimento que possibilita aos sujeitos agenciar processos de alteridade. Em outros termos, a singularização pode ser compreendida como potência criativa, como uma força de expansão da vida, como aptidão do corpo e da mente para a pluralidade simultânea, como capacidade da mente para conceber inúmeras idéias e desejar simultaneamente tudo que aumente sua capacidade de pensar, potencializando, concomitantemente, seu modo de existir.

podemos inferir que os próprios homens se tornaram incapazes, em sua maioria, de se conduzirem por meio de suas capacidades intelectivas.

O esvaecimento do potencial de ação do sujeito é parte de um processo de apropriação dos sentidos humanos pela industrialização cultural. Em 1947, Theodor Adorno e Max Horkheimer calcaram e conceituaram o termo Indústria Cultural, que se configura como um canal de veiculação ideológica que perpassa a cultura e se difunde nas diferentes manifestações da mesma, podendo afetar a subjetividade humana com valores e concepções, como a lógica da mercadoria e do utilitarismo, que reforçam a sociedade tal como está posta na atualidade. A disseminação desses valores culturais, comprometidos com a mentalidade do meio social dominante, promove um processo de massificação, pelo qual a subjetividade incorpora valores de sujeição e reprodução.

A idéia de massificação coaduna com o pensamento de Guattari (2000) quanto à constituição de subjetividades enquadradas no equivalente geral. O autor afirma:

Nas sociedades industriais desenvolvidas encontra-se o equivalente desses sistemas de entrada em agenciamentos subjetivos, mas sob formas padronizadas e produzindo apenas uma subjetividade serializada (Guattari, 2000, p. 190).

A serialização da subjetividade acarreta um embotamento da capacidade reflexiva dos sujeitos, que possibilita à indústria cultural ocultar as diferentes manifestações de resistência, conduzindo, às escuras, os sujeitos rumo à aceitação e à reprodução dos valores por ela inculcados.

As idéias de ordem que ela inculca são sempre as do *status quo*. Elas são aceitas sem objeção, sem análise, renunciando à dialética, mesmo quando elas não pertencem substancialmente a nenhum daqueles que estão sob a sua influência (Adorno, 1971, p. 293).

Esse processo de massificação promovido pela cultura industrializada vai à contramão das contribuições de Tomás de Aquino, no que se refere à construção de uma sociedade na qual o desenvolvimento social se dá em um movimento concorde ao desenvolvimento intelectual. Na lógica atual, o desenvolvimento da razão e o da subjetividade humana estão limitados aos interesses capitalistas, a própria noção de conhecimento assume outros contornos: a relação do potencial intelectual com o saber ocorre no sentido em que este se encontra limitado aos cercos da razão instrumental, atuando como objeto de conservação

da ordem social vigente.

A retomada da concepção de razão enquanto potência de ação e de sua importância na construção do homem e da sociedade medieval do século XIII é muito válida em um momento histórico no qual a razão, assim como o conhecimento, perdeu sua dimensão emancipatória em virtude das relações sociais do presente. Esta discussão interfere diretamente na constituição da subjetividade da humanidade contemporânea, porque esta, por sua vez, deixa de utilizar a razão enquanto potência de ação e passa a aceitar, passivamente, os valores impingidos pela sociedade capitalista como algo imutável.

Nesse contexto, uma via para retomar o caráter transformador da potência de ação humana é o agenciamento de processos subjetivos singulares que proporcionem o surgimento de manifestações criativas. Entendemos essas expressões particulares como forças que possibilitam o distanciamento da racionalidade técnica, abrindo espaço para novas formas de se relacionar com o mundo, além de permitir a inauguração de outros modos subjetivos de se conectar com a realidade, com abertura para outras sensibilidades que não se limitam àquelas disseminadas pela industrialização da cultura. Destarte, o potencial criador do sujeito coloca em crise a lógica utilitarista do uso da razão, desenhando fissuras pelas quais ele possa se relacionar com a vida de modo mais fortalecido subjetivamente.

Os movimentos singulares possibilitam aos sujeitos vivenciarem processos subjetivos que se diferenciem da subjetividade dissipada pela industrialização cultural, atravessada por dispositivos de controle social, podendo metamorfoseá-la em expressões de alteridade. Assim, proporcionar aos sujeitos o agenciamento de subjetividades particulares possibilita o fortalecimento subjetivo dos mesmos, na medida em que exige outras relações com a realidade que os desviem da aceitação passiva dos valores promulgados pelo sistema social vigente. Relações tais que possam recuperar alguns dos ensinamentos de Tomás de Aquino, no sentido de incentivar o desenvolvimento da potência intelectual dos sujeitos e reavivar o caráter transformador do homem como agente ativo no processo de construção do conhecimento, da sociedade na qual se insere e da própria subjetividade em sua totalidade.

Desse modo, a questão da subjetividade no pensamento do mestre Tomás de Aquino ganha corpo quando este filósofo, ao dar importância à participação do homem na busca da verdade e na construção da sociedade, considera os sujeitos como ativos na

constituição de si mesmos, em suas particularidades, e do contexto social no qual se inserem.

Assim, indivíduo e sociedade não se encontram dissociados, porquanto a dimensão subjetiva de Tomás de Aquino engloba aspectos individuais e sociais. Em outras palavras, engendra um processo de subjetivação carregado de valores muito importantes para o período medieval e para a atualidade, como o sentimento de pertencimento social, a preocupação com o bem comum e o desenvolvimento individual dos sujeitos com base em valores éticos. A atualidade, portanto, das construções teóricas do mestre Tomás de Aquino é visível frente à serialização da subjetividade humana.

### Referências

- ADORNO, T.W. A indústria cultural. In: COHN, G. (Ed.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: São Paulo Editora, 1971.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1996. v. 1.
- DUBY, G. *O domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUATTARI, F. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, A. (Ed.). *Imagem máquina*. São Paulo: Editora 34, 1993. p. 177-191.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Cartografias do desejo*. São Paulo: Vozes, 1999.
- GUIZOT, F. *Histoire Générale de la civilisation en Europe, depuis la chute de L'Empire Romain jusqu'à la Révolution Française*. Bruxelles: Société Typographique Belge, 1843.
- LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.
- LE GOFF, J. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1990.
- LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- OLIVEIRA, T. *Escolástica*. São Paulo: Mandruvá; Porto: Instituto Jurídico Interdisciplinar, 2005.
- PARPINELLI, R.S.; SOUZA, E.W.F. Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. *Psicol. Estud.*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 479-487, 2005.
- PIEPER, J. *Filosofia medieval y mundo moderno*. Madrid: Rialp, 1973.
- TOMÁS DE AQUINO. *De magistro e os sete pecados capitais*. Tradução Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001b.

Received on September 06, 2007.

Accepted on April 11, 2008.